

A Transversalidade da Prática do Profissional de História

Denise Pereira
(Organizadora)



Denise Pereira
(Organizadora)

A Transversalidade da Prática do Profissional de História

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T772 A transversalidade da prática do profissional de história [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A transversalidade da Prática do Profissional de História; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-282-1

DOI 10.22533/at.ed.821192504

1. História – Estudo e ensino. 2. Prática de ensino. 3. Professores de história – Formação I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 907

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A transversalidade da Prática do Profissional de História

Ao longo das últimas décadas, o ensino de História vem se consolidando enquanto campo de pesquisa, principalmente a partir da década de 1980, e as linhas de pesquisa, mormente, estão ligadas às metodologias de ensino, ao livro didático ou, ainda, às políticas públicas de inserção desses temas no currículo escolar. Neste modo, falar de transversalidade na prática do profissional de História, é observar a ligação aproximada da escola da realidade vivida pelos alunos, ou seja, trazer as disciplinas, os professores, os conteúdos escolares e aproximá-los do mundo do estudante. Dessa maneira, os alunos teriam uma aprendizagem significativa e seriam vistos com sujeitos históricos.

Os temas transversais são abordados recorrentemente a partir da proposta do trabalho interdisciplinar. O fato recorrente nessas abordagens interdisciplinares é que cada disciplina/campo se preocupa com seu recorte específico sobre o tema, o que acaba fragmentando-o ainda mais.

A aplicação dos temas transversais acontece a partir da renovação nos métodos, conceitos e didáticas no campo da pesquisa em História. Neste e-book temos a compreensão da realidade e a afetiva participação do indivíduo a partir de dados e noções relativos ao seu cotidiano, ao seu universo, fazem com que a campo do historiador a passe a ser considerada como um espaço de conhecimento e reconhecimento, onde por intermédio das diversas outras áreas de pesquisa se concretize como construtor de sua própria história.

Aqui diversos pesquisados do campo da História, trabalharam com a proposta de temas transversais em várias áreas baseadas em eixos temáticos, tais como: cultura, religião, educação, arte, cinema, gênero, entre muitos outros.

Boa leitura.
Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DRAMATURGIA COMO FONTE PARA HISTÓRIA DA ILUMINAÇÃO CÊNICA, QUESTÕES DE ABORDAGEM PARA UMA PESQUISA EM ANDAMENTO	
Berilo Luigi Deiró Nosella	
DOI 10.22533/at.ed.8211925041	
CAPÍTULO 2	8
A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARTÍSTICA (EPA) COMO COMPONENTE CURRICULAR DAS ESCOLAS ESTADUAIS DA BAHIA: A EXPERIÊNCIA DO COLÉGIO DOUTOR JUCA SENTO-SÉ	
Angla Pereira dos Santos Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.8211925042	
CAPÍTULO 3	14
A ESCOLARIZAÇÃO EM ITABORAÍ-RJ NO PERÍODO IMPERIAL (1840-1888)	
Regina Coeli Alcantara Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8211925043	
CAPÍTULO 4	24
A FORMAÇÃO DE MÉDICOS NEGROS NAS ESCOLAS MÉDICAS BRASILEIRAS	
Helber Renato Feydit de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.8211925045	
CAPÍTULO 5	31
A HISTÓRIA DO BAIRRO SÃO BENEDITO	
Marília Villanova Rodriguês	
DOI 10.22533/at.ed.8211925045	
CAPÍTULO 6	38
A LINHA DURA NACIONALISTA E A “NASSERIZAÇÃO FRUSTRADA” DO REGIME MILITAR BRASILEIRO	
Guillaume Azevedo Marques de Saes	
DOI 10.22533/at.ed.8211925046	
CAPÍTULO 7	46
A LITERATURA E O CORPO CONTRA O CASTRISMO: O RELATO AUTOBIOGRÁFICO DE REINALDO ARENAS (1943-1990)	
Bruna Alves Carvalho Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.8211925047	
CAPÍTULO 8	54
A NAÇÃO NO BRASIL E NA COLÔMBIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ESPORTE ¹	
Eduardo de Souza Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.8211925048	
CAPÍTULO 9	65
A POLÍTICA INVADE O VERSO: REPRESENTAÇÕES DA REVOLUÇÃO DE 1848 NA POESIA DE BAUDELAIRE	
Marcos Antonio de Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.8211925049	

CAPÍTULO 10	76
CONSERVADORISMO E PERSPECTIVA VARNHAGENIANA: ANÁLISE DE UM CONCEITO	
Ingrid Silva Lucas	
DOI 10.22533/at.ed.82119250410	
CAPÍTULO 11	85
DA IGREJA AO CAMPO SANTO: O NASCIMENTO DOS CEMITÉRIOS E O MONOPÓLIO DA MORTE NO BRASIL DO SÉCULO XIX	
Leonardo Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.82119250411	
CAPÍTULO 12	99
DEMOCRACIA E AUTORITARISMO: Trajetória Política De Eduardo Gomes Em Contextos De Transições	
Flavia Salles Ferro	
DOI 10.22533/at.ed.82119250412	
CAPÍTULO 13	105
DO SUBVERSIVO AO TRAFICANTE: O PAPEL DA GUERRA ÀS DROGAS NA CONSTRUÇÃO DO “INIMIGO INTERNO” NO BRASIL	
Luiz Henrique Santos Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.82119250413	
CAPÍTULO 14	120
ENSINO DE HISTÓRIA E O USO DO FILME: DIÁCONOS PELA DEFESA E JUSTIÇA E A CONSTRUÇÃO DO SABER DISCENTE	
Samara Letycia Moura Borges	
DOI 10.22533/at.ed.82119250414	
CAPÍTULO 15	127
ENTRE O DISFORME E O MONSTRO: O CORPO ESPETÁCULO	
Juçara de Souza Nassau	
DOI 10.22533/at.ed.82119250415	
CAPÍTULO 16	137
FUNÇÃO POLÍTICA DA MEMÓRIA E AFIRMAÇÃO INSTITUCIONAL	
Lindsay Borges	
DOI 10.22533/at.ed.82119250416	
CAPÍTULO 17	153
GÊNERO E DISCURSO NO CURDISTÃO SÍRIO: NOTAS DE PESQUISA	
Maria Raphaela Campello	
DOI 10.22533/at.ed.82119250417	
CAPÍTULO 18	166
GESTÃO DOS SENTIMENTOS POLÍTICOS: UMA ANÁLISE DO <i>FRONT NATIONAL</i> COM MARINE LE PEN	
Makchwell Coimbra Narcizo	
DOI 10.22533/at.ed.82119250418	

CAPÍTULO 19	179
HISTÓRIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E O DESENVOLVIMENTO DA CRIPTOGRAFIA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA INTEGRADA	
Rogério Chaves da Silva	
George Mendes Marra	
Delson Ferreira	
Geovane Reges de Jesus Campos	
Amivaldo Batista dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.82119250419	
CAPÍTULO 20	195
HISTÓRIA, IMPRENSA E PODER: FOLHA DE S. PAULO E O GLOBO COMO ATORES POLÍTICOS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1994 E 1998	
Fabrício Ferreira de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.82119250420	
CAPÍTULO 21	209
INFINITAS MARIAS Conhecendo as Marias desde 1950 PROPOSTA DE PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO	
Ronía Batista Vaz Otoni	
DOI 10.22533/at.ed.82119250421	
CAPÍTULO 22	217
JORNALISMO LITERÁRIO E PÓS-MEMÓRIA NA ÁFRICA COLONIAL PORTUGUESA DO SÉCULO XX: O CASO DOS LIVROS-REPORTAGEM SOBRE RETORNADOS	
Flávia Arruda Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.82119250422	
SOBRE A ORGANIZADORA	226

A LINHA DURA NACIONALISTA E A “NASSERIZAÇÃO FRUSTRADA” DO REGIME MILITAR BRASILEIRO

Guillaume Azevedo Marques de Saes

(Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
São Paulo – SP)

RESUMO: Ao longo da História encontramos uma série de fenômenos políticos que se manifestaram em determinados contextos nacionais, mas cujo impacto fora de suas fronteiras foi tão grande que eles deram origem a expressões do vocabulário político universal. Dentro do universo dos movimentos políticos de base essencialmente militar, temos o **nasserismo**, que marcou a vida política do Egito na segunda metade do século XX e que serviu de inspiração para outros regimes militares reformistas do mundo em desenvolvimento. O regime militar do coronel Nasser se caracterizou por um nacionalismo não-alinhado que pregava a independência em relação aos dois blocos, assim como por uma série de reformas econômicas e sociais cujo objetivo era transformar o Egito numa potência regional moderna sob a autoridade de uma elite tecnocrática de origem militar. Este modelo acabou sendo exportado para outras nações do mundo árabe e serviu de inspiração para alguns regimes militares sul-americanos. No caso brasileiro, o maior exemplo de intervenção militar de tipo **nasserista** foi sem dúvida o da

linha dura nacionalista que participou do movimento golpista de 1964, mas que pouco depois passou a contestar as orientações políticas e econômicas do regime militar e a defender um projeto de aprofundamento do processo ditatorial, de política externa independente e de reorientação do regime no sentido do nacionalismo econômico. O nosso objetivo aqui será o de analisar esta tentativa frustrada de “nasserização” do regime militar brasileiro – isto é, a tentativa malsucedida de trazer o regime para o campo do nacionalismo e do reformismo autoritário.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil; política; militarismo; nasserismo.

ABSTRACT: We find over the History a series of political phenomena that manifested itself in certain national contexts, but whose impact beyond borders was so big that they gave rise to some expressions of the universal political vocabulary. Within the universe of political movements of military base, there is **Nasserism**, which marked Egypt political life on the second half of the 20th century and which served as inspiration for other military reformist regimes of the developing world. Colonel Nasser military regime was characterized by a not aligned nationalism that preached independence from the two blocks as by a series of economic and social reforms whose goal was to transform

Egypt in a modern regional potency under the authority of technocratic elites from military origin. This model was exported to other nations of the Arab world and to some South American military regimes. In Brazilian case, the main example of **Nasserist** type of military intervention is surely the **nationalist hard line military group** that took part in 1964 coup d'état but just after started to contest political and economic guidelines of the military regime and to defend a project containing the deepening of dictatorial process as the implementation of an independent foreign policy and the re-orientation of the regime policy to economic nationalism. Our goal here is to analyze this frustrated attempt of “Nasserization” of Brazilian military regime – that is, the unsuccessful attempt of bringing the regime to nationalism and to authoritarian reformism camp.

KEYWORDS: Brazil; Politics; Militarism; Nasserism.

A LINHA DURA NACIONALISTA E A “NASSERIZAÇÃO FRUSTRADA” DO REGIME MILITAR BRASILEIRO

Ao consultarmos números antigos do **Jornal do Brasil**, encontramos um interessante artigo de Newton Carlos, no qual o famoso jornalista comentava a recepção e as repercussões da passagem do general Charles de Gaulle, Presidente da França, pela América do Sul em setembro-outubro de 1964. O discurso de De Gaulle, que naquele momento era o expoente de uma política externa independente em relação aos dois blocos (ocidental e comunista), teria encontrado boa recepção entre militares radicais e nacionalistas de tendência “nasserista”:

Embora as reações dos Presidentes constitucionais e dos dirigentes militares não produzam resultados políticos de importância, para a incursão francesa na América Latina, De Gaulle está tendo um outro auditório, além do povo nas ruas. São grupos de capitães, majores e coronéis, militares saídos da classe média que animam uma tendência em geral chamada de “nasserista”. Essa tendência, já forte em alguns países latino-americanos, como a Venezuela, a Colômbia e o Peru, é estimulada pela tentação do nacional-progressismo. No Oriente Médio, a tentação voltou-se, especialmente, contra interesses europeus. Na América Latina, seu alvo natural são os Estados Unidos. (CARLOS, 1964: 2)

O caráter profético deste comentário – de fato, no final da década de 1960 regimes militares de tipo **nasserista** surgiram em alguns países da América Latina – nos fez pensar na dimensão **universal** do conceito de **militarismo nasserista**, isto é, na possibilidade das expressões **nasserismo** e **nasserista** poderem ser utilizadas para caracterizar um tipo de regime militar presente em diferentes contextos nacionais e regionais, e não apenas no Egito de Nasser e no mundo árabe. Conseqüentemente, pensamos também na possibilidade de serem localizados na história brasileira fenômenos militares que se encaixariam neste perfil, questão que consideramos pertinente na medida em que o Brasil se destacou durante muito tempo por uma forte presença militar em sua vida política.

O fenômeno do **militarismo nasserista** está relacionado com a figura do tenente-coronel Gamal Abdel Nasser, que governou o Egito entre 1952 e 1970, primeiramente de forma indireta, entre 1952 e 1954, e em seguida de forma direta a partir de 1954. O

seu regime militar tem como origem um golpe de Estado que pôs fim à monarquia do rei Faruk I em julho de 1952 e que foi comandado pelo próprio Nasser e por seu grupo dos Oficiais Livres, movimento de jovens militares nacionalistas e reformistas cujo objetivo era modernizar e regenerar o Egito, livrá-lo da dominação inglesa – o Egito era então praticamente um protetorado da Inglaterra – e torná-lo capaz de enfrentar o principal inimigo do mundo árabe, o Estado de Israel. O regime nasserista destacou-se por políticas voltadas para o **reformismo socioeconômico** (reforma agrária, projetos de infraestrutura e de industrialização acelerada, legislação social), por uma forte **militarização do Estado** (oficiais do Exército assumindo postos de direção em diversos órgãos e empresas estatais) e por uma política externa que pregava a **independência em relação aos blocos ocidental e comunista**, assim como uma união dos países em desenvolvimento em torno do conceito de **terceiro-mundismo** e a união do mundo árabe em torno do conceito de **pan-arabismo**. No entanto, as contradições internas do regime e algumas inconsistências de seu modelo econômico levaram a um desgaste que se manifestou nos seus resultados econômicos pífios e no mau desempenho militar nas guerras de 1956, contra Inglaterra, França e Israel, e de 1967 contra Israel (HUSSEIN, 1971). Com a morte de Nasser em 1970, o seu sucessor, Anwar Al Sadat, também saído do grupo dos Oficiais Livres, romperia com a política nasserista, iniciando uma política social e econômica muito mais conservadora e uma política externa assumidamente pró-ocidental.

A definição mais comum de **nasserismo** consiste em sua associação com o **nacionalismo árabe** (ou **pan-arabismo**). Nós, entretanto, vamos nos apoiar em outra abordagem, que interpreta o nasserismo como um **fenômeno militar**. É o que faz Rodrigo Borja nos verbetes **nasserismo** e **militarismo** de sua Enciclopédia de Política (BORJA, 1998) nos quais encontramos uma associação do conceito de **nasserismo** com regimes militares tecnocráticos que manifestam preocupações sociais; Borja faz, conseqüentemente, uma distinção entre os regimes militares de tipo nasserista e as ditaduras militares conservadoras (Pérez Jiménez na Venezuela, Sroessner no Paraguai, Somoza na Nicarágua, Pinochet no Chile e Duvalier no Haiti), cuja intervenção consistiria em defender os privilégios das classes dominantes. Os regimes militares de tipo nasserista, que teriam surgido também no contexto latino-americano (Ovando na Bolívia, Velasco Alvarado no Peru, Omar Torrijos no Panamá e Rodríguez Lara no Equador), se caracterizariam pela presença no poder de jovens oficiais assessorados por tecnocratas desenvolvimentistas, assim como por tentativas de desalojar as oligarquias tradicionais do poder e pela realização de políticas sociais com o objetivo de melhorar as condições de vida das camadas sociais mais desfavorecidas, embora a tendência geral é que estes regimes tenham se tornado cada vez mais conservadores com o tempo e tenham perdido progressivamente a sua componente social. A partir desta colocação, fica claro para nós que o nasserismo enquanto conceito designando um tipo de fenômeno político-militar, ultrapassa as fronteiras do Egito e do mundo árabe. Em outras palavras, além do Egito e de outros exemplos no mundo árabe –

Muammar al-Gaddafi na Líbia, Amin al-Hafez e Salah Jedid sucessivamente na Síria e Gaafar Nimeiry no Sudão –, encontraremos experiências de tipo nasserista em outras partes do mundo, entre elas a América Latina.

O **militarismo nasserista** consiste, para nós, numa intervenção política característica do **mundo em desenvolvimento** (África, Ásia, América Latina) da segunda metade do século XX, por parte de setores militares que se apoiavam num projeto nacionalista e reformista autoritário cujo objetivo era modernizar, industrializar e fortalecer um país atrasado do ponto de vista social e econômico. Estes regimes nasseristas se apoiavam também num acentuado **reformismo social** (projetos de reforma agrária, de legislação social e trabalhista) que procurava ao mesmo tempo melhorar as precárias condições de vida das camadas mais desfavorecidas da população e integrá-las à política do Estado – com o objetivo, inclusive, de evitar uma possível revolução popular contra a ordem burguesa –, e buscavam a **neutralização** dos setores oligárquicos mais retrógrados comprometidos com o modelo agroexportador e com o atraso do país. O nasserismo possui uma forte **componente pequeno-burguesa e tecnocrática**, isto é, uma linha de pensamento que se apoia na ideia de que as reformas necessárias para tirar um país do atraso e de sua posição de vulnerabilidade só poderão ser realizadas por uma **elite tecnocrática** cuja posição de mando se deveria à sua competência técnica (HUSSEIN, 1971). Segundo esta linha de pensamento, que estava acompanhada de uma descrença na capacidade das classes populares em se autogovernar, as reformas sociais e econômicas deveriam ser feitas **pelo alto**, isto é, pelas mencionadas elites técnicas saídas da pequena-burguesia. Os seguintes elementos caracterizam a ideologia e a política dos regimes militares de tipo nasserista: nacionalismo, militarismo, política externa não-alinhada, desenvolvimentismo, reformismo social, hostilidade às oligarquias tradicionais, elitismo tecnocrático de caráter pequeno-burguês.

Como dissemos atrás, regimes militares que possuíam basicamente as mesmas características do regime de Nasser surgiram também na América Latina, e alguns deles, como o de Velasco Alvarado, assumiram orgulhosamente a influência nasserista. Alain Rouquié, cujo famoso trabalho sobre o militarismo na América Latina dedica um capítulo inteiro ao nacionalismo militar reformista, analisa de perto os regimes militares de Velasco Alvarado (1968-1975) no Peru, Alfredo Ovando (1969-1970) e Juan José Torres (1970-1971) na Bolívia, Rodríguez Lara (1972-1976) no Equador e Omar Torrijos (1968-1981) no Panamá e apresenta as seguintes características comuns a todos eles: nacionalismo, que se traduz na busca de uma política externa independente e em desapropriações de empresas dominadas por grupos norte-americanos; desenvolvimentismo, cujo principal item é a industrialização de um país ainda essencialmente agrário; reformismo social, com projetos de reforma agrária e de legislação social e trabalhista. Estas características estão sempre acompanhadas de um discurso antioligárquico acentuado e de um autoritarismo que se traduz na defesa de um **reformismo pelo alto** – as classes populares, neste contexto, deveriam

ser beneficiadas pela política do Estado, mas não poderiam participar diretamente e autonomamente do processo político, que por sua vez deveria ser controlado por uma elite tecnicamente apta e politicamente esclarecida (ROUQUIÉ, 1984). De qualquer forma, não podemos deixar de notar a curta duração da maioria desses regimes (ROUQUIÉ, 1984), o que nos faz pensar num contexto regional desfavorável para a consolidação desta tendência militar: elites agrárias atrasadas mas politicamente fortes, hegemonia norte-americana no conjunto da América Latina, forças armadas em sua maioria conservadoras e alinhadas com os Estados Unidos. Assim, por falta de bases sólidas de apoio e por erros próprios de planejamento e gestão, o militarismo de tipo nasserista foi derrotado definitivamente na América Latina durante a década de 1970.

No caso brasileiro, que já tinha uma tradição de militarismo reformista e tecnocrático com o positivismo republicano de fins do século XIX e com o tenentismo do início da década de 1930, o militarismo nasserista se manifestou com o que chamamos de **linha dura nacionalista**, dissidência interna cuja atuação marcou os bastidores do regime militar e a própria vida política nacional durante o período 1965-1969. Com certeza a sua compreensão ajudará bastante a entender a própria natureza do regime militar brasileiro (1964-1985).

A expressão **linha dura** surgiu logo no início do regime militar instaurado em 1964 para designar toda uma oficialidade participante ativa da conspiração contra o governo João Goulart e que em pouco tempo passou a se indispor com o governo Castelo Branco por considerá-lo demasiadamente hesitante em realizar uma depuração mais radical da elite política brasileira, especialmente no que diz respeito aos setores ligados à esquerda e à situação deposta (CHIRIO, 2012). No entanto, dentro deste agrupo havia uma oficialidade, representada por nomes de peso como Albuquerque Lima, Sílvio Heck, Augusto Rademaker, entre outros, que não se limitava a criticar a política depuradora vacilante do novo regime, mas também as suas orientações relativas ao desenvolvimento econômico e à política externa. Assim, encontramos duras críticas a uma política econômica “antinacional” – isto é, uma política favorável a grupos econômicos estrangeiros e prejudicial aos interesses capitalistas legitimamente brasileiros – e a uma política externa subserviente aos Estados Unidos – daí o lema “nem Washington nem Moscou” (CHIRIO, 2012). Durante o período 1965-1969 a equipe econômica do regime – especialmente os ministros Roberto Campos, Octávio Gouveia de Bulhões, Delfim Netto e Hélio Beltrão – cuja política liberal-saneadora era vista como prejudicial ao setor produtivo nacional, seria particularmente visada (CHIRIO, 2012). Escolhemos, portanto, a expressão **linha dura nacionalista** para designar este subgrupo da **linha dura**, para que ele não seja confundido com a oficialidade (exemplos: Osnelli Martinelli e Ferdinando de Carvalho) cujas preocupações centrais (para não dizer as únicas) eram a depuração política e a luta contra o comunismo. A atuação da **linha dura nacionalista** representa o momento em que as diretrizes do regime militar brasileiro foram mais contestadas dentro do próprio grupo militar

no poder. Acreditamos que nem o governo Geisel (1974-1979) esteve tão perto de ameaçar as diretrizes do regime de 1964: pensamos, aliás (a nível de hipótese apenas), que o próprio governo Geisel destoou dos outros governos do regime militar mais por questões relativas à política externa (maior independência em relação aos Estados Unidos e ao Bloco Ocidental) e à repressão interna (maior flexibilização da repressão e maior abertura política) do que por uma contestação profunda do modelo econômico adotado em 1964.

Dentro da **linha dura nacionalista**, o caso do general Afonso de Albuquerque Lima merece um destaque especial, na medida em que a atuação deste oficial nacionalista, que em janeiro de 1969 renunciou ao seu posto de Ministro do Interior do governo Costa e Silva por discordar da política de Delfim Netto na pasta da Fazenda (SKIDMORE, 1991; ZIRKER, 2014), representa a versão mais acabada do **militarismo nasserista** no Brasil; aliás, a sua candidatura frustrada à Presidência da República no mesmo ano de 1969 foi ao mesmo tempo o apogeu e o momento final deste fenômeno no país. Em seu **documento-programa** lançado durante a campanha para a eleição presidencial e publicado no famoso jornal carioca **Tribuna da Imprensa** – jornal que se apresentava como porta-voz da oficialidade nacionalista dissidente do regime –, Albuquerque Lima apresentava o seu projeto nacionalista, desenvolvimentista e reformista no qual encontramos: uma política de desenvolvimento da produção nacional com o esforço conjunto do Estado e da empresa privada nacional, com o capital estrangeiro restrito a uma necessária função complementar; uma maior integração entre as forças armadas e a indústria nacional; uma política externa independente livre dos imperialismos ocidental e comunista; uma política de integração da Amazônia; a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas; uma reforma agrária como condição para a criação de um mercado interno mais forte e, conseqüentemente, para um desenvolvimento industrial mais sólido (NERY, 1969). Entretanto, Albuquerque Lima, que se intitulava o “Nasser da direita” (ZIRKER, 2014: 342) e que tinha uma base numerosa de apoio tanto no Exército, como na Marinha e na Aeronáutica – ele era muito popular, inclusive, entre a jovem oficialidade –, teve a sua candidatura impugnada por uma razão meramente institucional – era general de três estrelas num momento em que a graduação mínima para ser elegível passou a ser a de general de quatro estrelas. Esta razão, muito conveniente para a cúpula do regime que temia o nacionalismo do candidato – esta cúpula temia que a vitória da ala nacionalista e radical destruísse a hierarquia de comando e afastasse o apoio das comunidades financeiras paulista e internacional, que por sua vez temiam a adoção de uma “linha peruana” (referência a Velasco Alvarado) no país (ABREU, 2001) –, pôs fim à participação de Albuquerque Lima no pleito presidencial entre militares que elegeram Emílio Médici Presidente (SKIDMORE, 1991). Assim terminava melancolicamente a única tentativa séria de “nasserização” do regime militar brasileiro.

Com base no que expusemos de forma bastante resumida aqui, elaboramos as seguintes conclusões que estão longe de ser definitivas na medida em que poderão

ser ou não confirmadas por uma pesquisa mais longa e aprofundada:

1) O fracasso do **militarismo nasserista** no Brasil se deveu em grande parte à situação política do país, ao fato de que esses militares “nasseristas” tomaram parte, em 1964, num movimento golpista conservador e pró-americano que era a negação do próprio nasserismo; este fato já colocava esta oficialidade nacionalista e reformista em posição de relativa fraqueza. A organização mais centralizada do regime militar brasileiro impediu que os “nasseristas” se autonomizassem a ponto de conseguir empreender uma tentativa golpista contra o grupo no poder.

2) Considerando que a política econômica do regime militar brasileiro – orientação monetarista e anti-inflacionária, elevação dos juros, endividamento externo, incentivo à centralização do capital bancário – privilegiava o **setor financeiro** (nacional, associado e internacional) em detrimento do **setor industrial** (SAES, 2001), acreditamos que um dos principais objetivos desta oficialidade “nasserista” era trazer a política econômica do regime para o lado da indústria e contra um setor financeiro visto como especulativo e improdutivo. Assim, diante de uma insatisfação crescente, embora contida, da burguesia industrial em relação ao regime militar, a ação desta oficialidade nacionalista estava voltada de certa forma para uma recuperação, com outra coloração política e ideológica, da política econômica industrializante do período varguista. A não-consolidação de uma aliança burguesia industrial/militares nacionalistas ajudou a selar a sorte do **militarismo nasserista** no Brasil.

Observação: Este artigo é uma versão levemente modificada de texto com o mesmo título apresentado no **Simpósio Temático “ST 47. Militares, poder e sociedade: métodos de história e parcerias”** do **Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias**, realizado no campus Gragoatá da Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, entre os dias 23 e 27 de julho de 2018.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. A. de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2ª ed., 2001. Nós usamos a versão digitalizada disponível no portal do CPDOC-FGV.

BORJA, R. *Enciclopedia de la política*. 2ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

BRAGA, M. **Marinha aponta erros e mentiras do plano Campos**. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro. Ano XVII, 19 de maio de 1966, Nº 4.964, p. 8. Disponível em versão digitalizada no portal da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

CARLOS, N. **A incursão de De Gaulle**. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Ano LXXIV, 13 de outubro de 1964, Nº 242, p. 2. Disponível em versão digitalizada no portal do Google News Archive.

CHIRIO, M. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

HUSSEIN, M. *La lutte de classes en Égypte – deuxième édition mise à jour (1945-1970)*. Paris:

François Maspero, 1971.

NERY, S. **O GRANDE RIO – Os 10 mandamentos de Albuquerque Lima**. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro. Ano XX, 2 de outubro de 1969, N° 5.912, p. 4. Disponível em versão digitalizada no portal da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

ROUQUIÉ, A. **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

SAES, D. **República do capital: capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ZIRKER, D. **Hugo abreu e Afonso de Albuquerque Lima: a mudança quixotesca da linha dura para o centro**. *Revista Historiae*. Rio Grande – RS, V.5, N° 2, p. 325-360, 2014.

SOBRE A ORGANIZADORA

DENISE PEREIRA Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-282-1

